



FEED ORGÂNICA
DE
SANTA INÊS - RR

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE
1º SECRETÁRIO:
2º SECRETÁRIO:

JOÃO LUIZ CIRÍLO VIEIRA NETO
FRANCISCO DE SALES R. DO NASCIMENTO
FRANCISCA NEIDE VIEIRA LIMA
CLEIDINALDO RODRIGUES DOS SANTOS

SUMÁRIO

TÍTULO I - DO MUNICÍPIO

Do Município Dos Princípios Fundamentais	Art. 1º ao 3º
---	---------------

TÍTULO II - DA ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL

Da Organização Municipal	
CAPÍTULO I Disposições Gerais	Art. 4º
CAPÍTULO II Da Competência Seção I Da Competência Privativa	Art. 5º
Seção II Da Competência Comum	Art. 6º
CAPÍTULO III Das Vedações	Art. 7º

TÍTULO III - DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

CAPÍTULO I Disposições Gerais	Art. 8º
CAPÍTULO II Do Poder Legislativo Seção I Da Câmara Municipal	Art. 9º ao 10º
Seção II Das Atribuições da Câmara Municipal	Art. 11º ao 17º
Seção III Dos Vereadores.....	Art. 18º ao 20º
Seção IV Das Reuniões	Art. 21º
Seção V Das Comissões.....	Art. 22º ao 23º
Seção VI Da Representação Partidária	Art. 24º à 25º
Seção VII Do Processo Legislativo	

Subseção I	
Disposição Geral	Art. 26º
Subseção II	
Das Emendas à lei Orgânica	Art. 27º
Subseção III	
Das Leis	Art. 28º a 40º
Seção VIII	
Da Fiscalização Contábil, Financeira Orçamentária	
Subseção I	
Disposições Gerais.....	Art. 41º a 44º
Subseção II	
Do Controle Interno Integrado.....	Art. 45º
Subseção III	
Do Exame Público das Contas Municipais	Art. 46º à 48º
CAPÍTULO III	
Do Poder Executivo	
Seção I	
Do Prefeito e do Vice-Prefeito.....	Art. 49º a 57º
Seção II	
Das Atribuições do Prefeito	Art. 58º a 59º
Seção III	
Da Perda e Extinção do Mandato	Art. 60º a 62º
Seção IV	
Auxiliares Diretos do Prefeito Municipal	Art. 63º

TÍTULO IV - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

CAPÍTULO I	
Das Disposições Gerais	Art. 64º a 65º
CAPÍTULO II	
Dos Atos Municipais.....	Art. 66º à 67º
CAPÍTULO III	
Dos Servidores Públicos.....	Art. 68º à 70º
CAPÍTULO IV	
Dos Organismos da Cooperação.....	Art. 71º
CAPÍTULO V	
Dos Serviços Delegados	Art. 72º
CAPÍTULO VI	
Dos Preços Públicos	Art. 73º a 74º
CAPÍTULO VII	
Dos Bens Patrimoniais	Art. 75º a 84º

CAPÍTULO VIII Das Obras e Serviços Públicos	Art. 85º à 95º
--	----------------

TÍTULO V - DA TRIBUTAÇÃO E DO ORÇAMENTO

CAPÍTULO I Dos Tributos	Art. 96º a 104º
CAPITULO II Dos Orçamentos	
Seção I Disposições Gerais	Art. 105º a 106º
Seção II Das Vedações Orçamentárias	Art. 107º
Seção III Das Emendas aos Projetos Orçamentários	Art. 108º
Seção IV Da Execução Orçamentária	Art.º 109 a 112º

TÍTULO VI - DA ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL

CAPÍTULO I Disposições Gerais	Art. 113º a 120º
CAPITULO II Da Previdência e Assistência Social	Art. 121º à 122º
CAPITULO III Da Saúde	Art. 123º à 125º
CAPÍTULO IV Da Família, Da Educação, da Cultura e do Desporto	Art. 126º à 137º
CAPÍTULO V Da Política Urbana	Art . 138º à 141º
CAPÍTULO VI Do Meio Ambiente	Art. 142º

TÍTULO VII

Disposições Gerais	Art. 143º à 150º
CAPITULO II Dos Orçamentos	
Seção I	

TÍTULO VIII – DA ORDEM SOCIAL

Seção I	
Da Educação	Art. 151º à 161º
Seção II	
Da Cultura	Art.162º a 167º
Seção III	
Do Desporto e Lazer Social.....	Art. 168º à 173º

PREÂMBULO

Nós, os representantes do povo de SANTA INÊS em Assembléia Municipal Constituinte. Conforme os princípios das Constituições Federal e Estadual. Objetivando instituir uma ordem jurídica autônoma, que assegura a liberdade, à justiça e o bem estar de todo o povo Santainêsense, numa sociedade justa e democrática, decretamos e promulgamos com a proteção de Deus, a seguinte LEI ORGÂNICA MUNICIPAL DE SANTA INÊS.

JURAMENTO

Prometo cumprir, obedecer e fazer cumprir esta Lei orgânica, e tudo fazer pela grandeza do Município e o bem-estar do seu povo, em plena harmonia com os princípios gerais da Constituição Federal e da Constituição do Estado da Paraíba.

**ESTADO DA PARAÍBA
LEI ORGÂNICA MUNICIPAL
MUNICÍPIO DE SANTA INÊS**

**TÍTULO I
DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS**

Art. 1º O Município de SANTA INÊS pessoa jurídica de direito público interno, é unidade territorial que integra a organização política-administrativa da República Federativa do Brasil, dotada de autonomia política, administrativa, financeira e legislativa, nos termos assegurados pela Constituição Federal, pela Constituição do Estado e pôr essa Lei Orgânica.

Art. 2º A organização Municipal fundamenta-se na cidadania, na dignidade da pessoa humana, nos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, no pluralismo político, na moralidade administrativa em responsabilidade pública.

Parágrafo Único. Constituem objetivos fundamentais do Município:

I - Construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - Garantir o desenvolvimento;

III - Erradicar a pobreza e a marginalidade e reduzir as desigualdades sociais;

IV - Promover o bem de todos, sem preconceitos e discriminação.

Art 3º. O Município assegura, em seu território e no limite da competência, a plenitude a inviolabilidade dos direitos e garantias fundamentais que a Constituição Federal reconhece e confere aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País, bem como outros quaisquer decorrentes do regime e dos princípios adotados.

**TÍTULO II
DA ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL**

**CAPITULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 4º O Município rege-se pôr esta Lei Orgânica, observados os princípios estabelecidos na Constituição Federal e do Estado da Paraíba.

Parágrafo 1º. O Município integra a divido administrativa do Estado e pode ser dividido em Distritos.

Parágrafo 2º. São símbolos do Município, a Bandeira, o Hino e o Brasão, representativos de sua Cultura e História

**CAPITULO II
DA COMPETÊNCIA**

SEÇÃO I DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA

Art.5º Ao Município compete prover a tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população. Cabendo-lhe privativamente, dentre outras, as seguintes atribuições:

- I - legislar sobre assuntos de interesse local;
- II - suplementar a legislação Federal e Estadual, no que couber;
- III - elaborar o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado;
- IV - criar, organizar e suprimir Distritos, observada a legislação Estadual;
- V - manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do estado, programas de educação pré-escolar e de ensino fundamentais;
- VI - elaborar o orçamento anual e plurianual de investimentos;
- VII - instituir e arrecadar tributos, bem como criar suas rendas;
- VIII - fixar, fiscalizar e cobrar tarifa ou preços públicos;
- IX - dispor sobre organização, administração e execução de serviços locais;
- X - dispor sobre administração, utilização e alienação dos bens públicos;
- XI - organizar o quadro e estabelecer o regime jurídico Único dos servidores públicos Municipais;
- XII - organizar e prestar, diretamente, ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos;
- XIII - planejar o uso e ocupação do solo em seu território, especialmente em Zona urbana
- XIV - estabelecer normas de edificações, de loteamento, de arruamento e zoneamento urbano e rural, bem como as limitações urbanísticas convenientes à ordenação do seu território observada a lei Federal;
- XV - conceder e renovar licença para localização de estabelecimentos comerciais, industriais, prestadores de serviços e quaisquer outros;
- XVI - cassar a licença que houver concedida ao estabelecimento que se tornar prejudicial à saúde, à higiene, ao sossego, a segurança ou aos bons costumes, fazendo cessar atividade ou determinando o fechamento do estabelecimento;
- XVII - estabelecer servidões administrativas necessárias à realização de seus serviços, inclusive à dos seus concessionários;
- XVIII - adquirir bens, inclusive mediante desapropriação;

XIX- regular a disposição, o traçado e as demais condições dos bens públicos de consumo.

XX - regulamentar a utilização de logradouros públicos e especialmente no perímetro urbano, determinar o itinerário e os pontos de parada dos transportes coletivos;

XXI - fixar os locais de estacionamento de táxis e demais veículos;

XXII - conceder, permitir ou autorizar os serviços de transportes coletivos e de táxis, fixando as respectivas tarifas;

XXIII - fixar e sinalizar as zonas de silêncio de trânsito e tráfego em condições especiais;

XXIV - disciplinar os serviços de carga e descarga e fixar a tonelagem máxima permitida a veículos que circulem em vias públicas municipais;

XXV - tornar obrigatória a utilização da estação rodoviária;

XXVI - sinalizar as vias urbanas e as estradas municipais, bem como regulamentar e fiscalizar sua atualização;

XXVII - prover sobre a limpeza das vias e logradouros públicos, remoção e destino do lixo domiciliar e de outros resíduos de qualquer natureza.

XXVIII - ordenar as atividades urbanas, fixando condições e horários para funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços, observadas as normas federais pertinentes.;

XXIX - dispor sobre os serviços funerários e de cemitérios

XXX - regulamentar, licenciar, permitir, autorizar, e fiscalizar a afixação de cartazes e anúncios, bem como a utilização de quaisquer outros meios de publicidade e propaganda, nos locais sujeitos ao poder de polícia Municipal;

XXXI - prestar assistência nas emergências médicas-hospitalares de prontsocorro, por seus próprios serviços ou mediante convênio com instituição especializada;

XXXII - organizar e manter os serviços de fiscalização necessários ao exercício de seu poder de polícia administrativa

XXXIII - fiscalizar, nos locais de venda, peso, medidas e condições sanitárias dos gêneros alimentícios;

XXXIV - dispor sobre os dispositivos e venda de animais e mercadorias apreendidas em decorrência de transgressão da legislação Municipal;

XXXV - dispor sobre registro, vacinação e captura de animais, com a finalidade precípua de erradicar as moléstias de que possam ser portadoras ou transmissoras;

XXXVI - estabelecer e impor penalidades por infração de suas leis e regulamentos;

XXXVII - promover os seguintes serviços:

a) mercados, feiras e matadouros;

b) construção e conservação de estradas e caminhos municipais.

c) transportes coletivos municipais;

d) iluminação pública.

e) realização de eventos públicos como jogos, shows e outras diversões públicas preservadas as prescrições legais.

XXXVIII - regulamentar o serviço de carros de aluguel, inclusive o uso de taxímetro;

XXXIX - assegurar a expedição de certidões requeridas às repartições administrativas municipais, para defesa de direitos e estabelecimentos de situações, estabelecendo os prazos de atendimento;

XL - organizar, executar, controlar e fiscalizar diretamente os serviços de engenharia de tráfego e de trânsito na área do seu território e arrecadar multas por infração de tráfego e de trânsito ocorrido nas vias, estradas e logradouros públicos do Município;

XLI - celebrar convênio com a Polícia Militar do Estado para, através do Batalhão Especializado, fiscalizar os serviços de engenharia de tráfego e de trânsito, ocorrendo, neste caso, o Município, com a manutenção das viaturas e o fardamento específico da corporação cedida em decorrência das necessidades da Prefeitura.

XLII - exercer o poder de polícia administrativa;

XLIII - organizar a guarda Municipal de SANTA INÊS, com organização definida em lei

SEÇÃO II DA COMPETÊNCIA COMUM

Art 6º. É da competência administrativa comum do Município, da União e do Estado, observado lei complementar, o exercício das seguintes medidas:

I - zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagem naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

IV - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de artes e de outros bens de valor histórico, artístico e cultural;

V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e a ciência;

VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas

VII- preservar as florestas, a fauna e a flora;

VIII - fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;

IX- promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;

X - combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização provendo a integração social dos setores desfavorecidos;

XI- registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seu território;

XII - estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.

CAPITULO III DAS VEDAÇÕES

Art. 7º. Ao Município é vedado:

I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-las, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança ressalvadas na forma da lei a colocação de interesse público;

II - recusar fé aos documentos públicos;

III - criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si;

IV - subvencionar ou auxiliar, de qualquer modo, com recursos pertencentes aos cofres públicos, quer pela imprensa rádio, televisão, serviço de alto-falante ou qualquer outro meio de comunicação, propaganda político-partidária ou fins estranhos à administração;

V - manter a publicidade de atos, propaganda, obras, serviços e campanhas de órgãos públicos que não tenha caráter educativo, informativo ou de orientação social, assim como a publicidade da qual constam nomes, símbolos ou imagem que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;

VI - outorgar isenções e anistias fiscais, ou permitir a remissão de dividas, sem interesse público justificado, sob pena de nulidade do ato.

TITULO III DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 8º. São poderes do Município, independentes e harmônicos, o legislativo e o executivo.

Parágrafo 1º - São Órgãos dos Poderes, a Câmara Municipal, com funções legislativas e fiscalizadoras, e o Prefeito, com funções executivas.

Parágrafo 2º - Salvo as disposições prevista nesta Lei, é vedado a qualquer dos poderes, delegar atribuições a quem for investido na função de um deles, que não poderá exercer o do outro.

CAPITULO II DO PODER LEGISLATIVO

SEÇÃO I DA CÂMARA MUNICIPAL

Art 9º. O Poder Legislativo do Município é exercido pela Câmara Municipal;

Parágrafo Único. Cada legislatura terá a duração de quatro atos, compreendendo cada ano uma sessão legislativa.

Art. 10º A Câmara Municipal é composta de vereadores eleitos pelo sistema proporcional, como representantes do povo, com mandato de quatro anos.

Parágrafo 1º - São condições de elegibilidade pra o mandato de vereador, na forma da lei Federal:

- I - a nacionalidade brasileira
- II - o pleno exercício dos direitos políticos;
- III - o alistamento eleitoral;
- IV - o domicílio Eleitoral na circunscrição;
- V - a idade mínima de dezoito anos;
- VI - ser alfabetizado.

Parágrafo 2º - o número de vereadores será fixado, por lei, pela Assembléia Legislativa, conforme Art.º 16, parágrafo Único da Constituição do Estado.

Parágrafo 3º - Para os primeiros cinco mil habitantes - 9 Vereadores, acrescentado-se duas vagas pra cada dez mil habitantes seguintes ou fração.

I - o número de habitantes será utilizado como base de cálculo do nº de Vereadores, será aquele fornecido mediante certidão do IBGE.

Parágrafo 4º - Salvo disposição em contrário desta Lei Orgânica, as deliberações da Câmara Municipal e de suas comissões serão tomadas por 2/3 (dois terços) de votos, presente a maioria absoluta de seus membros.

Seção II Das Atribuições da Câmara Municipal

Art 11º . Compete a Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, dispor sobre todas as matérias de competência do Município e, especialmente:

I - instituição e arrecadação de tributos de sua competência do Município, e aplicação de suas rendas

II- autorizar isenções e anistias fiscais e remissão de dividas;

III - votar o orçamento anual e o plurianual de investimentos, bem como autorizar a abertura de créditos suplementares e especiais;

IV - deliberar sobre obtenção e concessão de empréstimos e operações de crédito, bem como a forma e os meios de pagamento;

V - autorizar a concessão de auxílios e subvenções;

VI - autorizar a concessão de serviços públicos;

VII - autorizar a concessão de direito real de uso de bens municipais;

VIII - autorizar a concessão administrativa de uso de bem municipais;

IX- autorizar a alienação de bens imóveis;

X - autorizar a aquisição de bens imóveis, salvo quando se tratar de doação sem encargo;

XI - criar, transformar e extinguir cargos, empregos e funções públicas e fixar os respectivos vencimentos, inclusive os dos serviços da câmara

XII - criar, estruturar e conferir atribuições a Secretários ou Diretores equivalentes e órgãos da administração pública;

XIII - aprovar o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado;

XIV - autorizar convênios com entidade. públicas ou particulares e consórcios com outros Municípios;

XV - delimitar o perímetro urbano;

XVI – autorizar a denominação de prédios, vias e logradouros públicos;

XVII - estabelecer normas urbanísticas, particularmente relativas a zoneamento e loteamento;

Art. 12º Compete privativamente a Câmara Municipal exercer as seguintes atribuições dentre outras:

I - eleger sua mesa e destituí-la na forma desta Lei Orgânica e do Regimento Interno;

II - elaborar e votar o Regimento Interno;

III - Organizar os serviços administrativos internos e prover os cargos respectivos;

IV - propor a criação ou a extinção dos cargos dos serviços administrativos internos e a fixação dos respectivos vencimentos;

V - conceder licença ao Prefeito, ao vice-prefeito e aos vereadores;

VI - autorizar o Prefeito a ausentar-se do Município, por mais de quinze dias, por necessidade dos serviços;

VII - tomar e julgar as contas do Prefeito, deliberando sobre o parecer do Tribunal de Contas do Estado, na forma prevista nesta Lei;

VIII - decretar a perda do mandato do Prefeito ou de vereadores, nos casos indicados na Constituição Federal, nesta Lei Orgânica e a Legislação Federal aplicável;

IX - autorizar a realização de empréstimos, operação ou acordo externo de qualquer natureza, de interesse do Município;

X - proceder à tomada de contas do Prefeito através da comissão especial, quando não apresentadas à Câmara dentro de 60 (sessenta) dias após a abertura da sessão legislativa;

XI - aprovar convênio, acordo ou qualquer outro investimento celebrado pelo Município com a União, o Estado ou outra pessoa jurídica de direito interno ou entidades assistenciais;

XII - estabelecer e mudar temporariamente o local de suas reuniões;

XIII - convocar o Prefeito e o Secretário do Município ou diretor equivalente para prestar esclarecimento, apazando dia e hora de comparecimento;

XIV - deliberar sobre o adiamento e a suspensão de suas reuniões;

XV - criar comissão parlamentar de inquérito sobre fato determinado e prazo certo mediante requerimento de 1/3 (um terço) de seus membros;

XVI - conceder título de cidadão honorário ou conferir homenagem à pessoa que reconhecidamente tenha prestado relevantes serviços ao Município ou nele se destaca pela atuação exemplar na vida pública e particular, mediante votação da maioria absoluta de seus membros;

XVII - solicitar a intervenção do Estado no Município;

XVIII - julgar o Prefeito, o Vice-Prefeito e os Vereadores, nos casos previstos pela Lei Federal;

XIX - fiscalizar e controlar os atos do poder executivo, incluídos os da administração indireta;

XX - fixar, observado o que dispõem os Arts. 37, XI, 150, II, 153, III e 153, Parágrafo 2º, I da Constituição Federal, a remuneração do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores obedecidos o que dispõem os Arts. 17, Parágrafo II, e 23, parágrafo 4º, da Constituição do Estado;

Art. 13º. A Câmara Municipal, observado o disposto nesta Lei Orgânica, compete elaborar seu Regimento Interno, dispondo sobre sua organização, política e provimento de cargos de seus serviços e, especialmente, sobre:

- I - dar posse ao Prefeito e Vice-Prefeito;
- II - sua instalação e funcionamento;
- III - posse de seus membros;
- IV- eleição da mesa, sua composição e suas atribuições;
- V - número de reuniões mensais;
- VI - comissões;
- VII- sessões;
- VIII- deliberações;
- IX - todo e qualquer assunto de sua administração interna.

Art. 14º. Por deliberação de 2/3 (dois terços) e seus membros à Câmara poderá convocar Secretário Municipal para, pessoalmente, prestar informações acerca de assuntos previamente estabelecidos.

Parágrafo 1º. A falta de comparecimento do Secretário Municipal ou Diretor equivalente, sem justificativa será considerado desacato a Câmara, e se o Secretário for vereador licenciado, o não-comparecimento nas condições mencionadas caracterizará procedimento incompatível com a dignidade da Câmara, para instalação do respectivo processo, na forma da Lei Federal, e conseqüente cassação do mandato.

Parágrafo 2º. O Secretário Municipal a seu critério poderá comparecer ao Plenário ou em qualquer comissão da Câmara para expor assunto e discutir projeto de lei ou qual quer outro ato normativo relacionado com seu serviço administrativo.

Art. 15º A mesa dentre outras atribuições, compete:

- I - tomar todas as medidas necessárias à regularidade dos trabalhos legislativos;
- II - propor projetos que criem ou extingam cargos nos serviços da Câmara e fixem os respectivos vencimentos;
- III - apresentar projetos de lei dispondo sobre aberturas de créditos suplementares ou especiais, através do aproveitamento total ou parcial das consignações orçamentárias da Câmara;
- IV - promulgar a Lei Orgânica e suas emendas;
- V - representar, junto ao Executivo sobre necessidade de economia interna,

VI- contratar na forma da lei, por tempo determinado servidores para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

Art 16º. A mesa da Câmara poderá encaminhar pedidos escritos de informação aos Secretários Municipais, importado a recusa ou o não-atendimento no prazo de 30 (trinta) dias, bem como a prestação de informação falsa, em falta grave.

Art 17º. Dentre outras atribuições compete ao Presidente da Câmara:

I - representar a Câmara em juízo e fora dele;

II - dirigir, executar e disciplinar os trabalhos legislativos e administrativos da Câmara;

III - interpretar e fazer cumprir o Regimento Interno;

IV - promulgar as resoluções e decretos legislativos;

V - promulgar as leis com sanção tácita ou cujo voto tenha sido rejeitado no plenário, desde que não aceita esta decisão, em tempo hábil, pelo Prefeito;

VI - fazer publicar os atos da mesa, as resoluções, decretos legislativos e as leis que vier a promulgar;

VII - autorizar as despesas da Câmara;

VIII- representar, por decisão da Câmara, sobre a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo Municipal

IX - solicitar, por decisão de 2/3 (dois terços) da Câmara, a intervenção no Município nos casos admitidos pela Constituição Federal e pela Constituição Estadual.

X - manter a ordem no recinto da Câmara, podendo solicitar a força necessária para esse fim;

XI - encaminhar, para parecer prévio, a prestação de contas da Câmara ao Tribunal de Contas do Estado.

SEÇÃO III DOS VEREADORES

Art 18. Os vereadores são invioláveis no exercício do mandato, e na circunscrição do Município, por suas opiniões, palavras e votos;

Art 19. Os vereadores não poderão:

I - desde a expedição do diploma:

a) firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando obedecer à cláusula uniforme;

b) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissíveis “*ad nutum*” nas entidades constantes na alínea anterior

II - desde a posse:

a) ser proprietário, controladores ou diretores de empresas que gozem de favor de contrato de pessoa jurídica de direito público ou nelas exerçam função remunerada;

b) ocupar cargo ou função de que sejam demissíveis “*ad nutum*”, nas entidades no Inciso I, “a”;

c) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o Inciso I, “a”;

d) ser titular de mais de um cargo ou mandato público eletivo.

Art 20º. Perderá o mandato o Vereador:

I - que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;

II - cujo procedimento for incompatível com o decoro parlamentar;

III - deixar de comparecer, em cada sessão legislativa anual, à terça parte das sessões ordinária da Câmara de Vereadores, salvo licença ou missão por esta autorizada;

IV- que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;

V - quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos na Constituição Federal;

VI - que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado;

VII - que deixar de tomar posse sem motivo justificado, dentro do prazo estabelecido nesta Lei Orgânica.

Parágrafo 1º. Não perderá o mandato o Vereador:

I – investido nas funções de Ministro, de Secretário de Estado ou de Município;

II- licenciado pela respectiva Câmara por motivo de doença, ou para tratar, sem remuneração, de interesse particular, desde que, neste caso, o afastamento não ultrapasse cento e vinte dias por sessão legislativa;

Parágrafo 2º. O suplente será convocado nos casos de vaga de investidura em funções previstas neste artigo, ou licença superior a cento e vinte dias.

Parágrafo 3º Ocorrendo vaga, e não havendo suplente, far-se-á eleição para preenchê-la, se faltarem mais de quinze meses para o término do mandato.

Parágrafo 4º Na hipótese do Inciso I, o Vereador poderá optar pela remuneração do mandato.

SEÇÃO IV DAS REUNIÕES

Art. 21º. A Câmara Municipal reunir-se-á, na sede do Município, anualmente, de 20 de fevereiro a 20 de junho e de 20 de julho a 20 de novembro.

Parágrafo 1º. As reuniões marcadas pra essas datas serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente, quando recaírem em sábados, domingos ou feriados.

Parágrafo 2º. A sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação de lei de diretrizes orçamentárias.

Parágrafo 3º Além de outros casos previstos nesta lei Orgânica, a Câmara Municipal reunir-se-á em sessão solene para:

I - Inaugurar a Legislatura e a Sessão legislativa,

II - receber o compromisso do Prefeito e do Vice-Prefeito do Município;

A Câmara Municipal de Santa Inês reunir-se-á em sessões preparatória, a partir de 1º de janeiro, no 1º ano de legislatura, para posse dos seus membros e a eleição da mesa, para o mandato de 02 (dois) anos, permitida a recondução para o mesmo cargo na eleição subsequente.

Parágrafo 5º - A convocação extraordinária da Câmara Municipal far-se-á:

I - pelo Prefeito;

II - pelo Presidente da Câmara para o compromisso e a posse do Prefeito e do Vice-Prefeito;

III - pelo Presidente da Câmara ou por 2/3 (dois terços) de seus membros, interesse público relevantes;

IV - na seção extraordinária a Câmara deliberará somente sobre a matéria para a qual for convocada;

V- pela Comissão Representativa

SEÇÃO V DAS COMISSÕES

Art 22º. A Câmara terá comissões permanentes e especiais, constituídas na forma e com atribuições definidas no Regimento Interno.

Parágrafo 1º - As comissões permanente., em razão da matéria de sua competência, cabe:

I - discutir e votar projeto de lei que dispensa, na forma do regimento Interno, a competência do plenário, salvo se houve recuso de 1/10 (um décimo) dos membros da casa,

II - realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;

III - convocar Secretário Municipais para prestarem informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições;

IV - receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades pública;

V - solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

VI - exercer, no âmbito de sua competência, a fiscalização dos atos do Executivo e da Administração Indireta.

Parágrafo 2º - As comissões especiais, criadas por deliberação do plenário, seria destinadas ao estudo de assuntos específicos e à representação da Câmara em congressos, solenidades ou outros atos públicos.

Parágrafo 3º - Na formação das comissões, assegurar-se-á, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participem da Câmara.

Parágrafo 4º - As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos no Regime Interno da Casa, seria criadas pela Câmara Municipal, mediante requerimento de 1/3 (um terço) de seus membros, para apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

Art.23º. Ao término de cada sessão legislativa a Câmara elegerá dentre os membros, em votação secreta, uma Comissão Representativa, cuja composição reproduzirá, tanto quanto possível, a proporcionalidade da representação partidária ou dos blocos parlamentares na Casa, que funcionará os interregnos das sessões legislativas ordinárias com as seguintes atribuições:

I - reunir-se ordinariamente uma vez por semana e extraordinariamente sempre que convocada pelo presidente da comissão;

II - zelar pelas prerrogativas do Poder Legislativo;

III - zelar pela observância da Lei Orgânica e dos direitos e garantias individuais;

IV - autorizar o Prefeito a se ausentar do Município por mais de 15 (quinze) dias,

V - convocar extraordinariamente a Câmara em caso de urgência ou interesse público relevante.

Parágrafo 1º. A Comissão Representativa constituída por número ímpar de Vereadores, será presidida pelo Presidente da Câmara.

Parágrafo 2º. A Comissão Representativa deverá apresentar relatório dos trabalhos por ela realizados, quando do reinício do período de funcionamento ordinário da Câmara.

SEÇÃO VI DA REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

Art. 24º. A maioria, a minoria e as representações partidárias com números de menos

superior a 1/10 (um décimo) da composição da Casa, e os blocos parlamentares terão Líder e vice-líder.

Parágrafo 1º. A indicação dos Líderes será feita em documento subscrito pelos membros das representações majoritárias, minoritárias, blocos parlamentares ou Partidos Políticos á Mesa, nas 24 (vinte e quatro) horas que se seguirem à instalação do primeiro período legislativo atual.

Parágrafo 2º. Os Líderes indicarão os respectivos Vice-Líderes, dando conhecimento à Mesa da Câmara dessa designação.

Art. 25º. Além de outras atribuições prevista no Regimento Interno, os Líderes indicarão os representantes partidários nas comissões da Câmara.

Parágrafo Único. Ausente ou impedido o Líder, suas atribuições serão exercidas pelo Vice-Líder.

SEÇÃO VII DO PROCESSO LEGISLATIVO

SUBSEÇÃO I DISPOSIÇÃO GERAL

Art. 26. O processo legislativo Municipal compreende a elaboração de:

I - emendas à Lei Orgânica Municipal;

II - leis complementares;

III - leis ordinárias;

IV - leis delegadas;

V - medidas provisórias;

VI - decretos Legislativos;

VII - resoluções.

SUBSEÇÃO II DAS EMENDAS À LEI ORGÂNICA MUNICIPAL

Art. 27º. A Lei Orgânica Municipal poderá ser emendada mediante proposta:

I - de 2/3 (dois terços), no mínimo, dos membros da Câmara Municipal;

II - do Prefeito Municipal;

III - de iniciativa popular.

Parágrafo 1º. A proposta de emendas à Lei Orgânica Municipal será discutida e votada

em dois turnos de discussão e votação, com interstício mínimo de dez (10) dias, considerado-se aprovada quando obtiver, em ambos, 2/3 (dois terços) dos votos dos membros da Câmara.

Parágrafo 2º. A emenda à Lei orgânica Municipal será promulgada pela Mesa da Câmara com o respectivo número de ordem.

SUBSEÇÃO III DAS LEIS

Art. 28. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer Vereador ou Comissão da Câmara, ao Prefeito Municipal e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nessa Lei Orgânica.

Art. 29º. Compete provisoriamente ao Prefeito Municipal a iniciativa da leis que versem sobre:

I – regimento jurídico dos servidores;

II - criação de cargos, empregos e funções na administração direta e autárquica do Município, ou aumento de sua remuneração;

III - orçamento anual, diretrizes orçamentárias e plano plurianual;

IV - criação, estruturação e atribuições dos órgãos da Administração do Município.

Art. 30º. A iniciativa popular será exercida pela apresentação, a Câmara Municipal, de projeto de lei subscrito por, no mínimo, 5% (cinco por cento) dos eleitores escritos no Município, contendo assunto de interesse específico do Município, da cidade e dos bairros.

Parágrafo 1º - A proposta popular deverá ser articulada, exigindo-se, para recebimento pela Câmara, a identificação de número do respectivo título eleitoral, bem como a certidão expedida pelo órgão eleitoral competente, contendo a informação do número total de eleitores do bairro, da cidade ou do Município.

Parágrafo 2º - A transmissão dos projetos de lei de iniciativa popular obedecerá às normas relativas ao processo legislativo.

Parágrafo 3º - Caberá ao Regime Interno da Câmara assegurar e dispor sobre o modo pelo qual os projetos de iniciativa popular serão definidos na Tribuna da Câmara.

Art. 31º. São objetos de lei complementares as seguintes matérias:

I -Código Tributário Municipal;

II - Código de Obras ou de Edificações;

III - Código de Posturas;

IV - Código de Zoneamento;

V - Código de Parcelamento do Solo;

VI - Plano Diretos

VII - Regime Jurídico dos servidores;

VIII - de Diretrizes Básicas dos Órgãos Municipais;

IX- meio ambiente.

Parágrafo Único. As leis complementares exigem pra sua aprovação o voto favorável de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara.

Art. 32º. Não será admitido aumento da despesa prevista:

I - nos projetos de iniciativa do Prefeito Municipal, ressalvados o disposto no Art 166º, Parágrafo 3º e 4º da Constituição Federal.

II - nos projetos sobre organização dos serviços administrativos da Câmara Municipal;

Art. 33º. O Prefeito Municipal poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa, considerado relevante, os quais deverão ser apreciados no prazo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo 1º. Decorrido, sem deliberação, o prazo fixado no “*caput*” deste artigo, o projeto será incluído obrigatoriamente na ordem do dia, para que se ultime sua votação, sobrestando-se a deliberação sobre qualquer outra matéria, exceto veto, leis orçamentárias e medidas provisórias.

Parágrafo 2º . O prazo referido neste artigo não corre no período de recesso da Câmara e nem se aplica aos projetos de codificação.

Art 34º. O projeto de lei aprovada pela Câmara será, no prazo de 10 (dez) dias úteis, enviado pelo seu Presidente ao Prefeito Municipal que, concordado, o sancionará no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

Parágrafo 1º - Decorrido o prazo de 15 (quinze) dias úteis, o silêncio do Prefeito Municipal importará em sanção.

Parágrafo 2º - Se o Prefeito Municipal considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á ou parcialmente, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, ao Presidente da Câmara os motivos do veto.

Parágrafo 3º - O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, de Parágrafo, de inciso ou de alínea

Parágrafo 4º - O veto será apreciado no prazo de 15 (quinze) dias, contados do seu recebimento, com parecer ou sem ele, em uma discussão e votação.

Parágrafo 5º - O veto somente será rejeitado por 2/3 (dois terços) dos Vereadores, mediante votação secreta.

Parágrafo 6º - Esgotado sem deliberação o prazo previsto no parágrafo quarto deste artigo, o veto será colocada na ordem do dia da saída imediata, sobrestada as demais proposições, até sua votação final, ressalvadas as medidas provisórias.

Parágrafo 7º - Se o veto for rejeitado, o projeto será enviado ao Prefeito Municipal, em 48 (quarenta e oito) horas para promulgação.

Parágrafo 8º - se o Prefeito Municipal não promulgar a lei nos prazos previstos, e ainda no caso de sanção tácita, o Presidente da Câmara a promulgará e, se este não o fizer no prazo de 45 (quarenta e oito) horas, caberá ao Vice-Presidente obrigatoriamente fazê-lo.

Parágrafo 9º - A manutenção do veto não restaura matéria suprimida ou modificada pela Câmara.

Art. 35º. A matéria constata de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara

Art 36º. A resolução destina-se a regular matéria político-administrativa da Câmara, de sua competência exclusiva e de efeito interno não dependendo de sanção ou veto do Prefeito Municipal.

Art 37º. O Decreto Legislativo destina-se a regular matéria de competência exclusiva da Câmara que produza efeitos externos, não dependendo de sanção ou veto do Prefeito Municipal.

Art. 38. O Processo Legislativo das resoluções e dos decretos legislativo, se dará conforme determinado no Regime Interno da Câmara, observado, no que couber, o disposto nesta lei Orgânica.

Art 39. O cidadão que o desejar poderá usar da palavra durante a primeira discussão dos projetos de lei, para opinar sobre eles, desde que se inscreva em lista especial na Secretaria da Câmara, antes de iniciada a sessão.

Parágrafo 1º. Ao se inscrever, o cidadão deverá fazer referência à matéria sobre o qual falará, não lhe sendo permitido abordar temas que não tenham sido expressamente mencionados na inscrição.

Parágrafo 2º. O Regimento Interno da Câmara estabelecerá as condições e requisitos para o uso da palavra pelos cidadãos.

Art. 40. Cinco (05%) por cento do eleitorado do Município, poderá solicitar à Câmara que submeta referendo, projeto de lei em tramitação na Casa.

SEÇÃO VIII DA FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

SUBSEÇÃO 1 DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 41. A Fiscalização contábil, financeira e orçamentária do Município será exercida

pela Câmara Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas do controle interno do Executivo, instituído em lei.

Parágrafo Único. O controle externo da Câmara será exercido com auxílio do Tribunal de Conta do Estado, e compreenderá a apreciação das Contas do prefeito e da Mesa da Câmara

Art. 42. Até 60 (sessenta) dias após o início da sessão legislativa de cada ano, o Prefeito Municipal encaminhará ao Tribunal de Contas do Estado ou Órgão equivalente as contas do Município, que se comporão de:

I - demonstrações contábeis, orçamentárias da Administração direta, inclusive dos fundos especiais e das fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público Municipal;

I - demonstrações contábeis, orçamentárias e financeiras consolidadas dos órgãos da Administração direta com as dos fundos especiais, das fundações e das autarquias instituídas ou unidas pelo Poder Público Municipal;

III - demonstrações contábeis, orçamentárias e financeiras consolidadas das empresas municipais;

IV - notas explicativas às demonstrações de que trata este artigo;

V - relatório circunstanciado da gestão dos recursos públicos municipais no exercício demonstrado.

Parágrafo Único. As conta do Prefeito enviadas à apreciação do Tribunal de Contas, na forma descrita neste artigo, também o serão a Câmara, acompanhadas sempre dos devidos comprovantes de despesas a que elas se refiram, sempre através de recibos, faturas ou documentos fiscais.

Art 43º. São sujeitos a tomada ou à prestação de contas os agentes da Administração Municipal responsáveis por bens e valores pertencentes ou confiados à Fazenda Pública Municipal.

Parágrafo I. O tesouro do Município fica obrigado à apresentação de boletim diário da tesouraria, que será afixado em local próprio na sede da Prefeitura Municipal.

Parágrafo II. Os demais agentes municipais apresentarão as suas respectivas prestações de contas até o dia 15 (quinze) do mês subsequente àquela em que o valor tenha sido recebido.

Art. 44. As contas da prefeitura e da Câmara Municipal prestada anualmente, serão julgadas pela Câmara dentro de 60 (sessenta) dias após o recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas, considerando-se julgadas nos termos das conclusões desse parecer, se não houver deliberação dentro desse prazo.

Parágrafo 1º. Somente por decisão de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal deixará de prevalecer o parecer emitido pelo Tribunal de Contas do Estado.

Parágrafo 2º. Rejeitadas contas, serão estas imediatamente remetidas ao Ministério

Público pra os fins de direito.

SUBSEÇÃO II DO CONTROLE INTERNO INTEGRADO

Art. 45. Os Poderes Executivo e Legislativo manterão de forma integrada um sistema de controle interno, apoiado nas informações contábeis, com o objetivo de:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual e a execução dos programas do Governo Municipal;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e à eficiência, da gestão orçamentária financeira e parcialmente nas entidades da Administração Municipal, bem como da aplicação de recursos públicos municipais por entidades de direito privado;

III - exercer o controle dos empréstimos e dos financiamentos, avais e garantias, bem como direitos e deveres do Município.

SUBSEÇÃO III DO EXAME PÚBLICO DAS CONTAS MUNICIPAIS

Art. 46. Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas ou à Câmara Municipal.

Art. 47. As contas do Município ficarão à disposição dos cidadãos durante 60 (sessenta) dias, a partir de 15 (quinze) de abril de cada exercício, no horário de funcionamento da Câmara Municipal, em local de fácil acesso ao público.

Parágrafo 1º. A consulta às contas municipais poderá ser feita por qualquer cidadão, independente de requerimento, autorização ou despacho de qualquer autoridade.

Parágrafo 2º. A consulta só poderá ser feita no recinto da Câmara e haverá pelo menos 3 (três) cópias à disposição do público.

Parágrafo 3º. A reclamação apresentada deverá:

I - ter a identificação e a qualificação do reclamante;

II - ser apresentada em 4 (quatro) vias no protocolo da Câmara

III - conter elementos e provas nas quais se fundamenta o reclamante;

Parágrafo 4. As vias da reclamação apresentadas no protocolo da Câmara terão a seguinte destinação:

I - a primeira via deverá ser encaminhada pela Câmara ao Tribunal de contas ou órgão equivalente mediante ofício;

II - a segunda via deverá ser anexada às contas à disposição do público pelo prazo que restar ao exame e apreciação;

III - a terceira via constituir-se-á em recibo do reclamante e deverá ser autenticada pelo servidor que receber no protocolo;

IV - a quarta via será arquivada na Câmara Municipal.

Parágrafo 5º. A anexação da segunda via, de que trata o inciso II do parágrafo 4º deste artigo, independe de despacho de qualquer autoridade e deverá ser feita no prazo de 48 (quarenta e oito) horas pelo servidor que tenham recebido no protocolo da Câmara sob pena de suspensão, sem vencimentos, pelo prazo de 15 (quinze) dias.

Art. 48. A Câmara Municipal enviará ao reclamante cópia da correspondência que encaminhou ao Tribunal de Conta ou órgão equivalente.

CAPÍTULO III DO PODER EXECUTIVO

SEÇÃO I DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO

Art. 49. O Poder Executivo Municipal é exercido pelo Prefeito, auxiliado pelos Secretários Municipais.

Parágrafo Único. Aplica-se à elegibilidade para Prefeito e Vice-Prefeito o disposto no parágrafo 1º do Art 10º desta lei Orgânica e a idade mínima de vinte e um anos.

Art. 50º. A eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito realizar-se-á simultaneamente, nos termos estabelecidos no Art. 29º, inciso I e II da Constituição Federal.

Parágrafo 1º. A eleição do Prefeito importará a do Vice-Prefeito com ele registrado.

Parágrafo 2º. Será considerado eleito Prefeito o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria dos votos.

Art. 51º. O Prefeito e o Vice-Prefeito tomarão posse no dia 1º de janeiro do ano subsequente à eleição, em sessão da Câmara Municipal, prestando o Compromisso de manter, defender e cumprir a Lei Orgânica, observar as Leis da União, do Estado e do Município, promover o bem geral do Município e exercer o cargo sob a inspiração da democracia, da legitimidade e da legalidade.

Parágrafo Único - Decorrido 10(dez) dias da data fixada para a posse, o Prefeito e o Vice-Prefeito, salvo motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago pelo Presidente da Câmara.

Art. 52º. O Vice-Prefeito, além de outras atribuições que lhe forem atribuídas pela legislação, auxiliará o Prefeito sempre que por ele convocado para missões especiais, o substituirá nos casos de ausência, impedimento e licença e o sucederá no caso de vacância do cargo.

Parágrafo Único. O Vice-Prefeito não poderá se recusar a substituir o Prefeito, sob pena de extinção do mandato.

Art. 53º Em caso de impedimento do prefeito e do Vice-Prefeito, ou vacância do cargo, assumirá a Administração Municipal o Presidente da Câmara

Parágrafo Único. O Presidente da Câmara recusando-se, por qualquer motivo, a assumir o cargo de Prefeito, renunciará, incontinenter, à sua função de dirigente do Legislativo, ensejando, assim, a eleição de outro membro para ocupar, como Presidente da Câmara, a chefia do Poder Executivo.

Art. 54. Verificando-se a vacância do cargo de Prefeito e inexistindo Vice-Prefeito, observar-se-á o seguinte.

I - ocorrendo à vacância nos dois primeiros anos do mandato, dar-se-á eleição noventa dias após a sua abertura, cabendo aos eleitos completar o período dos seus antecessores;

II- ocorrendo à vacância nos dois últimos anos do mandato a eleição para ambos os cargos será feita trinta dias depois da última vaga, pela Câmara Municipal, na forma da lei.

Art. 55º. O mandato do Prefeito é de quatro anos, vedada a reeleição para o período subsequente, e terá início em 1º de janeiro do ano seguinte ao da sua eleição.

Art 56. O Prefeito e o Vice-Prefeito, quando no exercício do cargo, não poderá, sem licença da Câmara Municipal, ausenciar-se do Município por período superior a quinze dias, sob pena de perda do cargo ou de mandato.

Parágrafo 1º. O Prefeito regularmente licenciado terá direito a perceber a remuneração, quando:

I - impossibilitado de exercer o cargo, por motivo de doença devidamente comprovada;

II- em gozo de férias;

III - a serviço ou em missão de representação do Município.

Parágrafo 2º. O Prefeito gozará férias anuais de 30 (trinta) dias, sem prejuízo da remuneração, ficando a seu critério a época para usufruir o descanso.

Parágrafo 3º. A remuneração do Prefeito será estipulada na forma do Inciso XX do artigo 12º desta Lei Orgânica.

Art. 57º. Na ocasião da posse e ao término do mandato o Prefeito fará declaração de seus bens, as quais ficará arquivada na Câmara, constando das respectivas atas o seu nome.

Parágrafo Único. O Vice-Prefeito fará declaração de bens no momento em que assumir, pela primeira vez, o exercício do cargo.

SEÇÃO II DAS ATRIBUIÇÕES DO PREFEITO

Art. 58º. Ao Prefeito, como chefe da administração, compete dar cumprimento às deliberações da Câmara, dirigir, fiscalizar e defender os interesses do Município, bem como adotar, de acordo com a lei, todas as medidas administrativas de utilidade pública, sem

exceder as verbas orçamentárias.

Art. 59º. Compete ao Prefeito, entre outras atribuições:

I - a iniciativa das leis, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica;

II - representar o Município em juízo ou fora dele;

III - sancionar, nos termos da lei, a desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social;

IV- vetar, no todo ou em parte, os projetos de lei aprovados pela Câmara

V - expedir portarias e outros atos administrativos;

VI - permitir ou autorizar o uso de bens Municipais por terceiros;

VII - permitir ou autorizar a execução de serviços públicos, por terceiros;

VIII- prover os cargos públicos e expedir os demais atos referentes à situação funcional dos servidores;

IX - enviar à Câmara Municipal os projetos de lei relativos ao orçamento anual e ao plano plurianual do Município e das suas autarquias;

X - encaminhar a Câmara, até 15 de abril, a prestação de contas, bem como os balanços do exercício findo;

XI - encaminhar aos órgãos competentes os planos de aplicação e as prestações de contas exigidas em lei;

XII - prestar a Câmara, dentro de 15 (quinze) dias, as informações pela mesma solicitadas, salvo prorrogação, a seu pedido e por prazo determinado em face da complexidade da matéria ou da dificuldade de obtenção nas respectivas fontes, dos dados pleiteados;

XIII - prover os serviços e obras da administração pública;

XIV - superintender a arrecadação dos tributos, bem como a guarda e aplicação da receita, autorizando as despesas e pagamentos dentro das disponibilidades orçamentárias ou dos créditos votados pela Câmara.

XV - colocar à disposição da Câmara, dentro de 10 (dez) dias de sua requisição, as quantias que devam ser despendidas de uma só vez e até o dia 20 de cada mês, os recursos correspondentes às suas dotações orçamentárias, compreendendo os créditos suplementares, especiais e programação de gastos;

XVI - aplicar multas previstas em lei e contatos, bem como revelar quando impostas irregularmente;

XVII - resolver sobre os requerimentos, reclamações ou representações que lhe forem dirigidas;

XVIII - oficializar as normas urbanísticas aplicáveis, as vias e logradouros públicos, mediante denominação aprovadas pela Câmara

XIX - convocar extraordinariamente a Câmara quando o interesse da administração o exigir;

XX - aprovar projetos de edificação e planos de loteamento, arruamento e zoneamento urbano ou para fins urbanos;

XXI - apresentar, anualmente, a Câmara, relatório circunstanciado sobre o estado das obras e dos serviços municipais, bem assim o programa da administração para o ano seguinte;

XXI- organizar os serviços internos das repartições criadas por lei, sem exceder as verbas para tal destinada;

XXIII- contrair empréstimos internos e externos e realizar operações de crédito, mediante prévia autorização da Câmara, salvo se não exceder a 20% do orçamento:

XXIV - providenciar sobre a administração dos bens do Município e forma da lei;

XXV - organizar e dirigir, nos termos da lei, os serviços relativos as terras do Município;

XXVI - desenvolver o sistema viário do Município;

XXVII - conceder auxílios, prêmios e subvenções, nos limites das respectivas verbas orçamentárias e do plano de distribuição, prévia e anualmente, aprovada pela Câmara

XXVIII - estabelecer a divisão administrativa do Município, de acordo com a lei;

XXIX - providenciar sobre o incremento do ensino;

XXX - solicitar o auxílio das autoridades policiais do Estado para garantia do cumprimento dos seus atos;

XXXI - solicitar, obrigatoriamente, autorização à Câmara para ausentar-se do Município por tempo superior a 15 (quinze) dias;

XXXII - adotar providências para a conservação e salvaguarda do patrimônio Municipal;

XXXIII - publicar, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária;

XXXIV- delegar, por ato expresso, atribuições a seus auxiliares, podendo, a qualquer tempo, a seu critério, avocar a si a competência delegada

SEÇÃO III DA PERDA E EXTINÇÃO DO MANDATO

Art. 60º. É vedado ao Prefeito assumir outro cargo ou função na Administração Pública direta ou indireta, ressalvada a posse em virtude de concurso público e observado o disposto no art. 19º desta Lei Orgânica.

Parágrafo 1º - É igualmente vedado ao Prefeito e ao Vice-Prefeito desempenhar função de administração em qualquer empresa privada

Parágrafo 2º - A infringência ao disposto neste artigo e em seu parágrafo 1º importará em perda do mandato.

Art. 61º As incompatibilidades declaradas no art. 20 e seus incisos e alíneas, desta Lei Orgânica, estendem-se, no que forem aplicáveis, ao Prefeito e aos Secretários Municipais.

Art. 62º. O Prefeito será julgado, nos crimes comuns, perante o tribunal de Justiça, e, nos crimes de responsabilidade pela Câmara Municipal conforme dispuser a lei.

Parágrafo 1º O Prefeito será afastado de suas funções:

I - se recebida à denúncia pelo Tribunal de Justiça;

II - se a Câmara, por dois terços de seus membros, admitirá acusação.

Parágrafo 2º. O afastamento cessará, se decorridos cento e oitenta dias e o julgamento não estiver concluído.

Seção IV **Auxiliares Diretos do Prefeito Municipal**

Art. 63º. Os Secretários do Município, auxiliares diretos e de confiança do Prefeito, serão livremente escolhidos e nomeados dentre brasileiros maiores de dezoito anos e no exercício dos direitos político.

Parágrafo 1º. Compete ao secretário do Município, além de outras atribuições estabelecidas em lei:

I - exercer a orientação, coordenação e supervisão dos Órgãos e entidades da Administração Municipal na área de sua competência e referendar os atos e decretos assinados pelo Prefeito Municipal;

II- expedir instruções para execução das leis, decretos e regulamentos;

III - apresentar ao Prefeito Municipal relatório anual de sua gestão nas secretarias;

IV - praticar ao ato, pertinentes as atribuições que lhe forem outorgados ou delegados pelo Prefeito Municipal;

V - comparecer perante a Câmara Municipal as suas comissões, quando regularmente convocado.

Parágrafo 2º. Os auxiliares diretos do Prefeito Municipal são solidariamente responsáveis, junto com este, pelos atos que assinarem, ordenarem ou praticarem.

Parágrafo 3º - Os auxiliares diretos do Prefeito Municipal deverão fazer declaração de bens no ato de sua posse em cargo ou função pública Municipal e quando de sua exoneração.

Parágrafo 4º - Lei Complementar disporá sobre as diretrizes para a criação, estruturação e atribuições das Secretarias do Município.

TÍTULO IV DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art 64º A administração pública direta ou indireta, de qualquer dos poderes do Município, obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e, também, ao seguinte:

I - os cargos, empregos e funções públicas são estabelecidos em lei;

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas de títulos, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

III - o prazo de validade de concurso público será de dois anos, prorrogável uma vez, por igual período;

IV - durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas de título será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira;

V - os cargos em comissão e as funções de confiança serão exercidos, preferencialmente, por servidores ocupantes de cargo de carreira técnica ou profissional, nos casos e condições previstos em lei;

VI - é garantido ao servidor público o direito à livre associação sindical;

VII - o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei complementar Federal;

VIII - a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiências e definirá os critérios de sua admissão;

IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público;

X - a lei estabelecerá o limite máximo e a relação e valores entre a maior e a menor remuneração dos servidores público, observado, como limite máximo, os valores percebidos como remuneração, em espécie, pelo Prefeito;

XI - os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;

XII - é vedada a vinculação ou equiparação de vencimentos, para efeito de remuneração de pessoal do serviço público, ressalvado o disposto no inciso anterior e no art.

68º, Parágrafo 1º desta Lei Orgânica.

XIII - a revisão geral da remuneração dos servidores públicos far-se-á sempre na mesma data;

XIV - os acréscimos peculiares percebidos pelo servidor público não serão computados nem acumulados, para fins de concessão de acréscimos ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento;

XV - os vencimentos dos servidores públicos serão irredutíveis e a remuneração observará o que dispõe os Arts. 37, XI, XII; * 150, II; 153, III e 153, Parágrafo 2º, I da Constituição Federal;

XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horários:

- a) a de dois cargos de professor;
- b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;
- c) a de dois cargos privativos de médico.

XVII - a proibição de acumular estender-se a empregos e funções e abrange autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações mantidas pelo Poder Público;

XVIII - a administração fazendária de seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei;

XIX - somente por lei específica poderão ser criadas empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia e fundação pública;

XX - depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiários das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada;

XXI - ressalvado, os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienação serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos, da lei, exigindo-se a qualificação técnica-econômica indispensável à garantia do cumprimento das obrigações;

Parágrafo 1º. A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanha dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

Parágrafo 2º. A não observância do disposto nos incisos II e III implicará a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável, nos termos da Lei.

Parágrafo 3º - As reclamações relativas à prestação de serviços públicos serão disciplinadas em lei.

Parágrafo 4º - Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a disponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

Parágrafo 5º - A lei Federal estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticado, por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento.

Parágrafo 6º - As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

Art. 65º Ao servidor público com exercício de mandato eletivo aplicam-se as seguintes disposições:

I - tratando-se de mandato eletivo Federal, ou Estadual, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função;

II- investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração, sendo contado o tempo de serviço para todos os efeitos legais;

III- investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso anterior,

IV- em qualquer caso que exija o afastamento pra o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento;

V - para efeito de beneficio previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.

CAPITULO II DOS ATOS MUNICIPAIS

Art. 66º. A publicação das leis e dos atos municipais far-se-á em órgão oficial do Município .

Art 67º. A formalização dos atos administrativos da competência do Prefeito far-se-á:

I – mediante decreto, numerado em ordem cronológica, quando se tratar de:

a) regulamentação da lei;

b) criação ou extinção de gratificação, quando autorizadas em lei;

- c) abertura de créditos especiais e suplementares ;
 - d) declaração de utilidade pública ou do interesse social pra efeito de desapropriação ou servidão administrativa
 - e) criação, alteração e extinção de órgãos da Prefeitura, quando autorizada em lei;
 - f) definição de competência dos órgãos e das atribuições dos servidores da Prefeitura, não privativas de lei;
 - g) aprovação de regulamentos e regimentos dos órgãos da administração direta;
 - h) aprovação dos estatutos dos órgãos da administração descentralizadas;
 - i) fixação e alteração dos preços dos serviços prestados pelo Município e aprovação dos preços dos serviços concedidos ou autorizados;
 - j) aprovação de planos de trabalho de órgão da administração direta;
 - l) permissão para a exploração de serviços públicos e pra uso de bens do Município;
 - m) criação, extinção, declaração ou modificação de direitos dos administrados, não privativos da lei;
 - n) medidas executórias do plano diretor;
 - o) estabelecimento de normas de efeitos externos, não privativos de lei;
- II- mediante portaria, quando se tratar de:
- a) provimento e vacância de cargos públicos e demais atos de efeito individual relativos aos servidores municipais;
 - b) lotação e relotação nos quadros de pessoal;
 - c) criação de comissões de designações de seus membros;
 - d) instituição e dissolução de grupos de trabalhos;
 - e) autorização pra contratação de servidores por prazo determinado e dispensa;
 - f) abertura de sindicâncias e processos administrativos e aplicações de penalidade;
 - g) outros atos que, por sua natureza ou finalidade, não sejam de lei ou decreto;

Parágrafo Único. Poderão ser delegados os atos constantes do Inciso II deste artigo.

CAPITULO III DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Art 68º. O Município instituirá regime jurídico Único e plano de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas.

Parágrafo 1º. A lei assegurará, aos servidores da administração direta, isonomia de vencimentos pra cargos de atribuições iguais ou semelhantes do mesmo Poder ou entre servidores dos Poderes Executivos e Legislativos, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou local de trabalho.

Parágrafo 2º. Aplica-se a esses servidores o disposto no art. IV, VI, VII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII, XXIII, e XXX da Constituição Federal.

Art 69º. O servidor será aposentado:

I - por invalidez permanente, sendo os proventos integrais quando decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificada em lei, e proporcionais nos demais casos;

II – compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço;

III – voluntariamente :

a) aos trinta e cinco anos de serviços se homem, e aos trinta, se mulher, com proventos integrais;

b) aos trinta anos de efetivo exercício em Lições do magistério, se professor, e vinte e cinco, se professora, com proventos integrais;

c) aos trinta anos de serviços, se homem, e aos vinte e cinco, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço;

d) aos sessenta e cinco anos de idade, se homem, e aos sessenta, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

Parágrafo 1º. Lei complementar poderá estabelecer exceções ao disposto no inciso III, A e C, no caso de exercício de atividades consideradas penosas, insalubres ou perigosas.

Parágrafo 2º. A lei disporá sobre a aposentadoria em cargos ou empregos temporários.

Parágrafo 3º . O tempo de serviço público Federal, Estadual ou Municipal será computado integralmente para os efeitos de aposentadoria e de disponibilidade.

Parágrafo 4º Os proventos da aposentadoria serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendida aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividades, inclusive quando decorrente da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria, na forma da lei.

Parágrafo 5º. Benefício da pensão por morte corresponderá à totalidade dos vencimentos ou proventos do servidor falecido, até o limite estabelecido em lei, observado o disposto no parágrafo anterior.

Art. 70º. São estáveis, após dois anos de efetivo exercício, os servidores nomeados em virtude de concurso público.

Parágrafo 1º. O servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial tramitada em julgado ou mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.

Parágrafo 2º. Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga reconduzida ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade.

Parágrafo 3º. Extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade remunerada, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

CAPITULO IV DOS ORGANISMOS DE COOPERAÇÃO

Art. 71º. São organismo de cooperação com o Poder Público os Conselhos Municipais as fundações, entidades e associações privativas que realizem, sem fins lucrativos, função de utilidade pública.

Capítulo V Dos Servidores Delegados

Art 72. Apresentação de serviços públicos poderá ser delegada ao particular mediante concessão ou permissão.

Parágrafo Único. Os contratos de concessão e os termos de permissão estabelecerão condições que assegurem ao Poder Público, nos termos, da lei, a regulamentação e o controle sobre prestação dos serviços delegados, observado o seguinte;

I - no exercício de suas atribuições, os servidores públicos investidos de poder de polícia terão livre acesso a todos os serviços e instalações das empresas concessionárias ou permissionárias;

II - estabelecimento de hipótese de penalização pecuniária, de intervenção por prazo certo e de cassação, impositiva esta em caso de contumácia no descumprimento de normas protetoras de saúde e do meio-ambiente.

CAPITULO VI DOS PREÇOS PÚBLICOS

Art. 73º. Para obter o ressarcimento da prestação de serviços de natureza comercial ou industrial ou de sua atenção na organização e exploração de atividades econômicas, o Município poderá cobrar preços públicos.

Parágrafo Único. Os preços devidos, pela utilização de bens e serviços municipais deverão ser fixados de modo a cobrir os custos dos respectivos serviços e ser reajustados quando se tomem deficitários.

Art. 74º. Lei Municipal estabelecerá outros critérios para a fixação de preços públicos.

CAPITULO VII DOS BENS PATRIMONIAIS

Art. 75º. Compete ao Prefeito Municipal a administração dos bens municipais, respeitada a competência da Câmara quanto àqueles empregados nos serviços desta.

Art 76º. Todos os bens municipais são imprescritíveis, empenhoráveis, inalienáveis, admitida as exceções que a lei estabelecer para os bens do patrimônio disponível.

Parágrafo Único. Os bens públicos tornar-se-ão indisponíveis por meio,

respectivamente, de afetação ou desafetação, nos termos da lei.

Art. 77º. A alienação dos bens do Município, de suas autarquias e fundações por ele mantidas, subordinada à existência de interesse público expressamente justificado, será sempre precedida de avaliação e observará o seguinte:

I - quando móveis, dependerá de autorização legislativa e concorrência, esta dispensável nos seguintes casos:

a) doação em pagamento;

b) permuta;

c) investidura

II - quando imóveis, dependerá de licitação, esta dispensável nos seguintes casos:

a) doação, permitida exclusivamente para fins de interesse social;

b)permuta;

c)venda de ações, que poderão ser negociadas em bolsa ou de títulos de forma de legislação pertinente.

Art. 78º. A afetação e a desafetação de bens municipais dependerá da lei.

Parágrafo Único. As áreas transferidas ao Município, em decorrência de aprovação de loteamento serão consideradas bens dominiais enquanto não se efetivarem benfeitoras que lhe dêem outra destinação.

Art 79º. O uso de bens municipais por terceiros poderá ser feito mediante concessão, permissão ou autorização, conforme o interesse público o exigir.

Parágrafo Único. O Município poderá ceder seus bens a outros entes públicos inclusive os da administração indireta, desde que atendido o interesse público.

Art. 80º. O Município poderá ceder a particulares, para serviços de caráter transitório, conforme regulamentação ser expedida pelo Prefeito Municipal, máquinas e Operadores da Prefeitura, desde que os serviços da Municipalidade não sofram prejuízos e o interessado, recolha, previamente, a remuneração arbitrada e assine termo de responsabilidade pela conservação e devolução dos bens cedidos.

Art 81º. A concessão administrativa dos bens municipais de uso especial e dominiais dependerá de lei e de licitação e far-se-á mediante contato por prazo determinado, sob pena de nulidade do ato.

Parágrafo 1º A licitação poderá ser dispensada nos casos permitidos na legislação aplicável.

Parágrafo 2º. A permissão, que poderá incidir sobre qualquer bem público, será feita à título precário e por decreto.

Parágrafo 3º A autorização, que poderá incidir sobre qualquer bem público, será feita por portaria, para atividades ou casos ou uso específicos e transitórios.

Art. 82º. Nenhum servidor será dispensado, transferido, exonerado ou terá seu pedido de exoneração ou rescisão sem que o órgão responsável pelo controle dos bens patrimoniais da Prefeitura ou da Câmara ateste que o mesmo devolveu os bens móveis do Município que estavam sob sua guarda.

Art 83º. O órgão competente do Município será obrigado, independente de despacho de qualquer autoridade, a abrir inquérito administrativo, e a propor, se for o caso, a competente ação civil e penal contra qualquer servidor, sempre que forem apresentadas denúncias contra o extravio ou danos de bens municipais.

Art. 84º O Município, preferentemente à venda ou a doação de bens imóveis, concederá direito real de uso, mediante concorrência.

Parágrafo Único. A concorrência poderá ser dispensada quando o uso se destinar a concessionário ou permissionário de serviço público, a entidades assistenciais ou verificar-se relevante interesse público, na concessão, devidamente justificado.

CAPITULO VIII DAS OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Art.85º. É de responsabilidade do Município, mediante licitação e de conformidade com os interesses e as necessidades da população, prestar serviços públicos, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, bem como realizar obras públicas, podendo contratá-las com particulares. através de processo licitatório.

Art. 86º. Nenhuma obra pública, salvo os casos de externa urgência devidamente justificados, será realizada sem que constem:

I-o respectivo projeto;

II - o orçamento do seu custo;

III- a indicação dos recursos financeiros para o atendimento das respectivas despesas;

IV – os prazos para o seu início e término;

Art. 87º. A concessão de serviço público somente será efetivada com autorização da Câmara Municipal e mediante contato, precedido de licitação.

Parágrafo 1º. Serão nulas de pleno direito as concessões e as permissões, bem como qualquer autorização para a exploração de serviço público, feitas em desacordo com o estabelecido nesta Lei.

Parágrafo 2º. Os serviços concedidos ou permitidos ficarão sempre sujeitos à regulamentação e à fiscalização da Administração Municipal, cabendo ao Prefeito Municipal aprovar as tarifas respectivas.

Art. 88º. Os usuários estarão representados nas entidades prestadoras de serviços públicos na forma que dispuser a legislação Municipal, assegurando-se sua participação em decisões relativas a:

I - Planos e programas de expansão dos serviços;

II - revisão da base de cálculo dos custos operacionais;

III - política tarifária;

IV – Nível de atendimento da população em termos de qualidade e quantidade;

V - mecanismo para atenção de pedidos e reclamações dos usuários, inclusive para apuração de danos causados a terceiros.

Parágrafo Único. Em se tratando de empresas concessionárias ou permissionárias de serviços públicos, a obrigatoriedade mencionada neste deverá constar do contrato de concessão ou permissão.

Art 89º. Nos contratos de concessão ou permissão de serviços públicos serão estabelecidos, entre outros:

I -os direitos dos usuários, inclusive as hipóteses de gratuidade;

II - as normas que possam comprovar eficiência no atendimento do interesse público, bem como permitir a fiscalização, pelo Município, de modo a manter o serviço contínuo, adequado e acessível;

III - as regras pra orientar a revisão periódica das bases de cálculos dos custos operacionais e da remuneração do capital, ainda que estipulada em contrato anterior

IV - a remuneração dos serviços prestados aos usuários diretos, assim como a possibilidade de cobertura dos custos por cobrança a outros agentes beneficiados pela existência dos serviços;

V - as condições de prorrogação, caducidade, rescisão e reversão de concessão ou permissão;

Parágrafo Único. Na concessão e na permissão de serviços públicos, o Município reprimirá qualquer forma de abuso do poder econômico, principalmente as que visem à dominação do mercado, à exploração monopolística e ao aumento abusivo de lucros.

Art. 90º. O Município poderá revogar a concessão ou permissão de serviços públicos que forem executados e, de conformidade com o contrato ou ato pertinente, bem como daqueles que se revelarem manifestamente insatisfatórios para o atendimento aos usuários.

Art. 91º. As tarifas dos serviços públicos prestados pelo Município ou por órgãos da sua administração descentralizada serão fixadas pelo Prefeito Municipal, cabendo à Câmara Municipal definir os serviços que serão remunerados pelo custo, acima do custo e abaixo do custo, tendo em vista seu interesse econômico e social.

Parágrafo Único. Na formação dos custos de serviços de natureza industrial computar-se-ão, além das despesas operacionais e administrativas, as reservas para depreciação e reposição dos equipamentos e instalação, bem como previsão para expansão dos serviços.

Art. 92º. O Município poderá consorciar-se com outros Municípios para a realização de obras ou prestação de serviços públicos de interesse comum.

Parágrafo Único. O Município deverá proporcionar meios pra criação nos consórcios, de órgão consultivo, constituído por cidadãos não pertencentes ao serviço público Municipal.

Art 93º. Ao Município é facultado conveniar com a União ou com o Estado para prestação de serviços públicos de sua competência privativa, quando lhe faltarem recursos técnicos ou financeiros para a execução do serviço em padrões adequados, ou quando houver interesse mútuo pra a celebração de convênio.

Parágrafo Único. Na celebração de convênio de que trata este artigo deverá Município:

I- propor os planos e expansão dos serviços públicos;

II - propor critérios para fixação de tarifas;

III - realizar avaliação periódica da prestação dos serviços.

Art 94º. A criação pelo Município de entidade de Administração indireta para execução de obras ou prestação de serviços públicos só será permitida caso a entidade possa assegurar sua auto-sustentação financeira.

Art. 95º. Os órgãos colegiados das entidades de Administração indireta do Município terão a participação obrigatória de um representante de seus servidores, eleito por estes mediante voto direto e secreto, conforme regulamentação a ser expedida por ato do Prefeito Municipal.

TÍTULO V DA TRIBUTAÇÃO E DO ORÇAMENTO

CAPÍTULO I DOS TRIBUTOS

Art 96º. Compete ao Município instituir os seguintes tributos:

I - imposto sobre:

a) propriedade predial e territorial urbano;

b) transmissão intervivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos à sua aquisição;

c) vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos, exceto óleo diesel;

d) serviços de qualquer natureza, definidos em lei complementar.

II - taxas em razão do exercício de poder de polícia ou pela sua utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos ou divisíveis, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição;

III - contribuição de melhor decorrentes de obras pública.

Art 97º. A administração tributária vinculada, é essencial ao Município e deverá estar dotada de recursos humanos e materiais necessários ao fiel exercício de suas atribuições, principalmente no que se refere a:

I - cadastramento dos contribuintes e das atividades econômicas;

II- Orçamento dos tributos;

III - fiscalização do orçamento das obrigações tributárias;

IV - inscrição dos inadimplentes em dívida ativa e respectiva cobrança amigável ou encaminhamento para câmara judicial.

Art 98º. O Município poderá criar colegiado constituído paritariamente por servidores designados pelo Prefeito Municipal e contribuintes indicados por entidades representativas de categorias profissionais e econômicas, com atribuição de decidir, em grau de recurso, as reclamações sobre lançamento o demais questões tributárias.

Parágrafo Único. Enquanto não for criado o órgão previsto neste artigo, os recursos serão decididos pelo Prefeito Municipal.

Art. 99. O Prefeito Municipal promoverá, periodicamente, a atualização da base de cálculo dos tributos municipais.

Parágrafo 1º. A base do imposto predial e territorial urbano - IPTU - será atualizada anualmente, antes do término do exercício, podendo pra tanto ser criada comissão da qual participarão, além dos servidores do Município, representantes dos contribuintes, de acordo com decreto do Prefeito Municipal.

Parágrafo 2º. A atualização da base de cálculo do imposto Municipal sobre serviços de qualquer natureza, cobrado de autônomos e sociedades civis, obedecerá aos índices oficiais de atualização monetária e poderá ser realizada mensalmente.

Parágrafo 3º. A atualização da base de cálculo das taxas de exercício do poder de policia Municipal obedecerá aos índices de atualização monetária e poderá ser realizada mensalmente.

Parágrafo 4º. A atualização da base de cálculo das taxas de serviços levará em consideração a variação de custos dos serviços prestados ao contribuinte ou colocados à sua disposição, observados os seguintes critérios:

I - quando a variação de custos for inferior ou igual aos índices oficiais de atualização monetárias, poderá ser realizada mensalmente;

II- quando a variação de custos for superior àqueles índices oficiais de atualização poderá ser feita mensalmente até esse limite, ficando o percentual restante para ser atualizado por meio de lei que deverá estar em vigor antes do início do exercício subsequente.

Art. 100º. A concessão de isenção de tributos municipais dependerá de Autorização legislativa, aprovada por maioria de 2/3 (dois terços) dos membros da Chuva Municipal.

Art 101º. A remissão de créditos tributários somente poderá ocorrer nos casos de calamidade pública ou notória pobreza do contribuinte, devendo a lei que autorize se aprovada por maioria de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal.

Art. 102º A concessão de isenção, anistia ou moratória não gera direito adquirido e será revogada de ofício sempre que se que o beneficiário não satisfaça ou deixe de satisfazer, as condições; não cumpra, ou deixe de cumprir, os requisitos para sua concessão.

Art 103º É de responsabilidade do órgão competente da Prefeitura Municipal a inscrição em dívida dos créditos provenientes de impostos, taxas, contribuição de melhoria e multas de qualquer natureza, decorrentes de infração à legislação tributária, com prazo de pagamento findo pela legislação ou por decisão proferida em processo regular de fiscalização.

Art. 104. Ocorrendo a decadência do direito de constituir o crédito tributário ou à prescrição da ação de cobrá-lo, abrir-se-á inquérito administrativo para apurar as responsabilidades, na forma da lei.

Parágrafo Único. A autoridade Municipal, qualquer que seja seu cargo, emprego ou função, e independentemente do vínculo que possuir com o Município, responderá civil, criminal e administrativamente pela prescrição ou decadência ocorrida sob sua responsabilidade, cumprindo-lhe indenizar o Município do valor dos últimos prescritos ou não lançados.

CAPITULO II DOS ORÇAMENTOS

SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 105º. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

- I - o plano plurianual,
- II- as diretrizes orçamentárias;
- III - os orçamentos anuais.

Parágrafo Único - O plano plurianual compreenderá:

- I - diretrizes, objetivos e metas para ações municipais de execução plurianual;
- II - investimentos de execução plurianual;
- III - gastos com a execução de programas de duração continuada.

Parágrafo 2º. As diretrizes orçamentárias compreenderão:

I - as prioridades da Administração Pública Municipal quer de órgãos da Administração direta, quer da Administração indireta, com as respectivas metas, incluindo a despesa de capital para o exercício financeiro subsequente;

II - orientações para elaboração da lei orçamentária anual;

III - alterações na legislação tributária;

IV – Autorização para concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, criação de cargos ou alterações de estrutura de carreira, bem com a demissão de pessoal a qualquer título, pelas unidades governamentais da Administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público Municipal, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista

Parágrafo 3º - O orçamento anual compreenderá:

I - o orçamento fiscal da Administração direta Municipal, incluindo os seus fundos especiais;

II- os orçamentos das entidades da Administração indireta, inclusive das fundações instituídas pelo Poder Público Municipal;

III - o orçamento de investimentos das empresas em que o Município direta e indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

IV - o orçamento de seguridade social, abrangendo todas as entidades e Órgãos e a ela vinculadas, da Administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal;

Art. 106º. Os planos e programas municipais de execução plurianual ou anual serão elaborados em consonância com o plano plurianual e com as diretrizes orçamentárias respectivamente, e apreciadas pela Câmara Municipal .

Parágrafo Único. A Câmara não enviando, no prazo consignado, na Lei complementar Federal, o projeto de Lei Orçamentária à sanção, será promulgada como lei, pelo Prefeito, o projeto originário do Executivo.

SEÇÃO II DAS VEDAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 107. São vedados:

I - a inclusão de dispositivos estranhos à previsão de receita e à fixação da despesa, excluindo-se as autorizações para abertura de créditos adicionais suplementares e contratações de operações de crédito de qualquer natureza e objetivos,

II- o início de programas ou projetos não incluídos no orçamento anual;

III - a realização de despesa ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários originais ou adicionais;

IV - a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas, mediante créditos suplementares ou especiais, aprovados pela Câmara Municipal por maioria absoluta.

V - a vinculação de receita de imposto a órgãos ou fundos especiais, ressalvadas a que se destine à prestação de garantia as operações de crédito por antecipação de receita;

VI - a abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

VII - a concessão ou utilização de créditos ilimitados;

VIII - a utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos do orçamento fiscal e da seguridade social para suprir necessidades ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos especiais;

IX - a instituição de fundos especiais de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.

Parágrafo 1º. Os créditos adicionais especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reaberto nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

Parágrafo 2.º A abertura de créditos extraordinários somente será admitida para atender a despesa imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de calamidade pública, observado o disposto no artigo 53º desta Lei Orgânica.

SEÇÃO III

DAS EMENDAS AOS PROJETOS ORÇAMENTÁRIOS

Art 108º. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, is diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais suplementares e especiais serão apreciados pela Câmara Municipal, na forma do Regime Interno.

Parágrafo 1º. Caberá a Comissão da Câmara Municipal:

I – examinar e emitir parecer sobre os projetos de planos plurianual, diretrizes orçamentárias e orçamento anual e sobre as contas do Município apresentadas anualmente pelo Prefeito;

II - examinar e emitir parecer sobre os planos e programas municipais, acompanhar e fiscalizar as operações resultantes ou não da execução do orçamento, sem prejuízo das demais comissões criadas pela Câmara Municipal.

Parágrafo 2º. As emenda serão apresentadas na comissão de orçamento e finanças, que sobre elas emitirá parecer e apreciadas, na forma de Regime Interno, pelo Plenário da Câmara Municipal.

Parágrafo 3º. As emendas ao projeto de Lei do orçamento anual ou aos seus projetos que o modifiquem somente poderão ser aprovadas caso:

I - sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;

II - indiquem os recursos necessários, admitido, apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídas as que indicam sobre:

a) dotações para pessoal e seus encargos;

b) serviço da dívida;

c) transferências tributárias para autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal;

III – sejam relacionadas:

a) com a correção de erros ou omissões;

b) com os dispositivos do texto do projeto de lei.

Parágrafo 4º - As emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com plano plurianual.

Parágrafo 5º - O Prefeito Municipal poderá enviar mensagem a Câmara Municipal para propor modificação nos projetos a que se refere este artigo enquanto não iniciada a votação, na comissão do orçamento e finanças, da parte cuja alteração é proposta

Parágrafo 6º. Os projetos de lei do plano plurianual, de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual serão enviados pelo Prefeito Municipal nos termos de lei Municipal, enquanto não vigore a lei complementar de que trata o parágrafo 9º. do art 165º da Constituição Federal.

Parágrafo 7º. Aplicam-se aos projetos referidos neste artigo no que não contrariar o disposto nesta seção, as demais norma relativas ao processo legislativo.

Parágrafo 8º. Os recursos, que em decorrência do veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual ficarem sem despesas correspondentes, poderão ser utilizadas, conforme o caso, mediante abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais com prévia e específica autorização legislativa.

SEÇÃO IV DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art 109º. A execução do orçamento do Município se refletirá na obtenção das suas receitas próprias, transferidas e outras, bem como na utilização das dotações consignadas as despesas pra a execução dos programas nele determinados, observado sempre o princípio do equilíbrio.

Art. 110º. O Prefeito Municipal fará publicar, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

Art. 111º. As alterações orçamentárias durante o exercício se representarão:

I - pelos créditos adicionais, suplementares, especiais e extraordinários;

II - pelos remanejamentos, transferências e transposições de recursos de uma categoria de programação pra outra.

Parágrafo Único. O remanejamento, a transferência e a transposição somente se realizarão quando autorizados em lei específica que contenha a justificativa

Art 112º. Na efetivação dos empenhos sobre as dotações fixadas para cada despesa será emitido o documento Nota de Empenho, que conterà as características já determinadas nas normas gerais de Direito Financeiro.

Parágrafo 1º. Fica dispensada a emissão de Nota de Empenho nos seguintes casos:

I - despesas relativas a pessoal e seus encargos;

II - contribuição para o PASEP;

III - amortização, juros e serviços de empréstimos e financiamentos obtidos;

IV - despesas relativas a consumo de água, energia elétrica, utilização de serviços de telefone, postais e telégrafos e outros que vierem a ser definidos por atos normativos próprios.

Parágrafo 2º. Nos casos previstos no parágrafo anterior, os empenhos e os procedimentos de contabilidade terão a base dos próprios documentos que originarem o empenho.

TITULO VI DA ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art 113º. O Município, dentro de sua competência, organizará ordem econômica e social, conciliando a liberdade de iniciativa com os superiores interesses da coletividade.

Art 114º. A intervenção do Município, no domínio econômico, terá por objetivo estimular e orientar a produção, defender os interesses do povo e promover a justiça e solidariedade sociais.

Art. 115º. O trabalho obrigatório social, garantindo a todos o direito ao emprego e a

justa remuneração, que proporcione existência digna na família e na sociedade.

Art 116º. O Município considerará capital não apenas como instrumento produtor de lucro, mas também como meio de expansão econômica e de bem-estar coletivo

Art. 117º. O Município assistirá os trabalhadores rurais e suas organizações legais, procurando proporcionar-lhes, entre outros benefícios meios de produção e de trabalho, crédito fácil e preço justo, saúde e bem-estar social.

Parágrafo Único. São isentas de impostos as Cooperativas.

Art 118º. O Município manterá órgãos especializados, incumbidos de exercer ampla fiscalização dos serviços públicos por ele concedido e da revisão de suas.

Parágrafo Único. A fiscalização de que trata este artigo compreende exame contábil e as perícias necessárias à apuração de capital e dos lucros auferidos pelas empresas concessionárias.

Art. 119º. O Município dispensará à microempresa e à empresa de pequeno porte, assim definidas em lei Federal, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditadas ou pela eliminação ou redução destas, por meio de lei.

Parágrafo Único. O Poder Executivo, distribuirá, através do Conselho Municipal da Agricultura a ser criado por lei, sementes, insumos e implementos agrícolas, entre os trabalhadores, e pequenos e médios produtores rurais.

Art 120º. O Município consignará no orçamento, verba específica para implantação de programas de casas populares.

CAPÍTULO II DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art 121º. O Município, dentro de sua competência, regulará o serviço social, favorecendo e coordenando as iniciativas particulares que visem a este objetivo.

Parágrafo 1º. Caberá ao Município promover e executar as obras que, por sua natureza e extensão, não possam ser atendidas pelas instituições de caráter privado.

Parágrafo 2º. O plano de assistência social do Município nos termos que a lei estabelecer, terá por objetivo a correção dos desequilíbrios do sistema social e a recuperação dos elementos desajustados, visando um desenvolvimento social e harmônico consoante previsto no art 203º da Constituição Federal.

Art. 122º. Compete ao Município complementar, se for o caso, os planos de previdência social, estabelecidas na lei Federal.

CAPÍTULO III DA SAÚDE

Art 123. Sempre que possível o Município promoverá:

I – formação de consciência sanitária individual nas primeiras idades, através do ensino primário;

II - serviços hospitalares e dispensários, cooperando com a União e o Estado, bem como as iniciativas particulares e filantrópicas;

III - combate às moléstias específicas, contagiosas e infecto-contagiosas;

IV - combate ao uso de tóxico;

V - serviços de assistência à maternidade e à infância.

Parágrafo 1º. Compete ao Município suplementar, se necessário, a legislação Federal e a Estadual que disponha sobre a regulamentação, fiscalização e controle das ações e serviços de saúde, que constituem um Sistema Único.

Parágrafo 2º. As instituições privadas poderão participar de forma complementar do Sistema Único de Saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência às entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

Art. 124º. A inspeção médica, nos estabelecimentos de ensino Municipal terá caráter obrigatório.

Parágrafo Único. Constituirá exigência indispensável a apresentação no ato da matrícula, de atestado de vacina contra moléstia infecto-contagiosas.

Art. 125º. O Município cuidará do desenvolvimento das obras e serviços relativos ao saneamento e urbanismo, com a assistência da União e do Estado, sob condições estabelecidas na lei complementar Federal.

CAPÍTULO IV DA FAMÍLIA, DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO ESPORTO

Art 126º. O Município dispensará proteção especial ao casamento e assegurará condições morais, fiscais e sociais indispensáveis ao desenvolvimento, segurança e estabilidade da família.

Parágrafo 1º. Serão proporcionadas, aos interessados todas as facilidades para a celebração do casamento.

Parágrafo 2º. A lei disporá sobre a assistência aos idosos, à maternidade e aos excepcionais

Parágrafo 3º. Compete ao Município suplementar a legislação Federal e a Estadual disposta sobre a proteção à infância, à juventude e às pessoas portadoras de deficiência, garantindo-lhes o acesso a logradouros, edifícios públicos e veículos de transporte coletivo.

Parágrafo 4º. Para execução do previsto neste artigo, serão adotadas, entre outras, as seguintes medidas:

I – amparo às famílias numerosas e sem recursos;

II - ação contra os males que são instrumentos de dissolução da família;

III - estímulo aos pais e às organizações sociais para formação moral, cívica, física e intelectual da juventude;

IV - colaboração com as entidades assistenciais que visem à proteção e educação de

criança;

V - amparo as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhe o direito à vida;

VI - colaboração com a União, com o Estado e com outros Municípios para a solução do problema dos menores desamparados ou desajustados, através de processos adequados de permanente recuperação, para encaminhá-lo ao mercado de trabalho.

Art 127º. O Município estimulará o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, observado o disposto na Constituição Federal.

Parágrafo 1º. Ao Município compete complementar, quando necessário, a legislação Federal e a Estadual disposta sobre a cultura.

Parágrafo 2º. A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para o Município.

Parágrafo 3º - À Administração Municipal cabe na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

Parágrafo 4º - Ao Município compete proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as passagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos.

Parágrafo 5º - São considerados patrimoniais históricos e cultural do Município, os imóveis mais Antigos do Município, não podendo sofrer alteração ou modificação, sem prévia autorização do Município.

Art. 128º . O dever do Município com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - Ensino Fundamental obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiverem acesso na idade própria;

II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - atendimento em creche e pré-escola as crianças de zero a seis anos de idade;

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um

VI – oferta de ensino noturno regular, adequado as condições do educando;

VII - atendimento ao educando, no Ensino Fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Parágrafo 1º. O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo, acionável mediante mandato de injunção.

Parágrafo 2º. O não oferecimento de ensino obrigatório pelo Município, ou a sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente;

Parágrafo 3º Compete ao Poder Público recensear os educandos no Ensino Fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela freqüência à escola.

Art. 129º. O sistema Municipal de ensino assegurará aos alunos necessitados condições de eficiência escolar.

Art 130º. O ensino oficial do Município será gratuito em todos os graus e atuará prioritariamente no Ensino Fundamental e pré-escolar.

Parágrafo 1º- O ensino religioso, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários das escolas oficiais do Município e será ministrado de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se for capaz, ou por seu representante legal ou responsável.

Parágrafo 2º. O Ensino Fundamental regular será ministrado em língua portuguesa.

Parágrafo 3º. O Município orientará e estimulará, por todos os meios, a educação física, que será obrigatória nos estabelecimentos municipais de ensino e nos particulares que recebam auxílio do Município.

Parágrafo 4º - Os currículos das escolas públicas e municipais, incluirá, obrigatoriamente, a disciplina História do Município de Santa Inês.

Art 131º. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I - cumprimento das normas gerais de educação nacional;

II- autorização e avaliação de qualidade pelos órgãos competentes.

Art. 132º. Os recursos do Município serão destinados as escolas pública, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei Federal, que:

I - comprovem finalidade não-lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação;

II - assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional ou ao Município no caso de encerramento de suas atividades.

Parágrafo 1º. Os recursos de que trata este artigo serão destinados a bolsas de estudo para o Ensino Fundamental, na forma da lei, para os que demonstrarem insuficiência de recursos, quando houver falta de vagas e cursos regulares da rede pública na localidade de residência do educando, ficando o Município obrigado a investir prioritariamente na expansão de sua rede na localidade.

Art. 133º. O Município auxiliará, pelos meios a seu alcance, as organizações beneficentes, culturais e amadorísticas, nos termos da lei, sendo que as amadorísticas e as colegiais terão prioridade no uso de estádios, campos e instalações de propriedade do Município.

Art 134º. O Município manterá o professorado Municipal em nível econômico social e moral à altura de suas funções.

Art. 135º. A lei regulará a composição, o funcionamento e as atribuições do Conselho Municipal de Educação e Cultura.

Art. 136º. O Município aplicará, anualmente nunca menos de 25% (vinte e cinco por

cento), no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Art 137º. É da competência comum da União, do Estado e do Município proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência.

CAPITULO V DA POLÍTICA URBANA

Art 138º. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público Municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

Parágrafo 1º. O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, e o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

Parágrafo 2º. A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade, expressas no plano diretor.

Parágrafo 3º As desapropriações em imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

Art. 139º. O direito à propriedade é inerente à natureza do homem, dependendo seus limites e seu uso da conveniência social.

Parágrafo 1º. O Município poderá, mediante lei específica, pra área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei Federal, do proprietário do solo urbanos não edificado, subutilizado, ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente de:

I – parcelamento ou edificação compulsórias;

II- imposto sobre propriedade predial e territorial urbana progressivo ao tempo;

III – desapropriação, com pagamento mediante título da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos em parcelas anuais, iguais e sucessivas, segundo o valor real da indenização e os juros legais.

Parágrafo 2º. Poderá também o Município organizar fazendas coletiva, orientadas ou administradas pelo Poder Público, destinadas à formação de elementos aptos às atividades agrícolas.

Art 140º. São isentos de tributos os veículos de tração animal e os demais instrumentos de trabalho do pequeno agricultor, empregados no serviço da própria lavoura ou no transporte de seus produtos

Art.141º. Será isento de imposto sobre propriedade predial e territorial urbano o prédio ou terreno destinado à moradias do proprietário de pequenos recursos, que não possua outro imóvel, nos termos e nos limites do valor que a lei fixar.

CAPÍTULO VI DO MEIO AMBIENTE

Art. 142º. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público Municipal

e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-la para as presentes e futuras gerações.

Parágrafo 1º. Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

III - definir espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

IV - exigir, na forma da lei, para a instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

Parágrafo 2º. Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com a solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

Parágrafo 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, as sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

TITULO VII DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 143º. Incumbe ao Município:

I - auscultar, permanentemente, a opinião pública, para isso, sempre que o interesse público não aconselhar o contrário, os Poderes Executivo e Legislativo, divulgarão, com a devida antecedência, os projetos de lei para o recebimento de sugestões;

II - adotar medidas para assegurar a celeridade na tramitação e solução dos expedientes administrativos, unindo, disciplinarmente, nos termos da lei, os servidores faltosos;

III – facilitar, no interesse educacional do povo, a difusão de jornais e outras publicações periódicas, assim como as das transmissões pelo rádio e televisão.

Art. 144º. É lícito a qualquer cidadão obter informações e certidões sobre assuntos referentes à Administração Municipal.

Art 145º. Qualquer cidadão será parte legítima para pleitear a declaração de nulidade ou anulação dos atos lesivos ao patrimônio Municipal.

Art. 146. O Município não poderá dar nome a pessoas vivas a bens e serviços públicos de qualquer natureza.

Parágrafo Único. Pra fim desse artigo, somente após um ano de falecimento poderá ser homenageado qualquer pessoa, salvo personalidade marcante que tenha desempenhado altas funções na vida administrativa do Município, Estado ou País.

Art. 147º. Os cemitérios no Município, terão sempre caráter secular, e serão administrados pela autoridade Municipal, sendo permitido a todas as confissões religiosas praticar neles os seus ritos.

Parágrafo Único. As associações religiosas e os particulares poderão, na forma da lei, manter cemitérios próprios, fiscalizados, porém, pelo Município.

Art. 148. O Prefeito Municipal, fica obrigado a enviar a Câmara Municipal no período de (06) seis meses para apreciação pela Câmara Projeto de Lei de sua competência e privativa que os tenham entre administração, Regime Único e Plano Diretor.

Art. 149º. O titular de mandato eletivo ou função temporária, no âmbito do Município, terá direito a aposentadoria proporcional ao tempo de exercício nos termos da Lei.

Parágrafo Único. O benefício a que se refere este artigo será concedido àquele que contar com, pelo menos, oito anos de serviço em qualquer das funções mencionadas.

Art 150. Esta Lei orgânica entra em vigor na data de sua promulgação revogadas as disposições em contrário.

**CAPITULO VII
DA ORDEM SOCIAL
SEÇÃO 1
DA EDUCAÇÃO**

Art. 151º - A educação é direito de todos e dever do Poder Público devendo ser ministrada na escola e no lar.

§ 1º. O Município organizará e manterá seu sistema de educação, em regime de colaboração com a União e Estado, tendo por base os Seguintes princípios.

I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - ensino gratuito nos estabelecimentos municipais;

III - Ensino Fundamental obrigatório, Inclusive para os que não tiveram acesso na idade própria;

IV - oferta de ensino noturno regular e de programas e cursos de educação pré-escolar;

V - atendimento em creche e Instituições pré-escolar à criança de 0 a 06 (zero e seis) anos de idade, propiciando-lhe condições posteriores de êxito no processo de alfabetação;

VI - apoio ao educando no que diz respeito à saúde, transporte, alimentação, material didático e fornecimento de fardamento aqueles comprovadamente carentes;

VII - promoção de educação especial preferencialmente na rede regular de ensino;

VIII - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência físicas e mentais.

§ 2º - Em não dispondo o Município de estrutura capaz de atender à demanda de matrículas, procederá a municipalização ao suprimento da deficiência com a rede particular de ensino o aproveitamento de suas disponibilidade de acordo tom as carências locais levantadas.

Art. 152º - A gestão da escola pública municipal ficam assegurados, na forma de Lei, a organização e composição do Conselho Deliberativo de Escola e o processo de eleição de seus dirigentes, viabilizando a participação de todos os segmentos que integram a comunidade escolar, na gestão pedagógica, administrativa e financeira na escola.

Art. 153º - Será criado um plano de carreira para o Magistério público com piso salarial profissional.

Parágrafo Único - O ingresso na carreira do Magistério público municipal dar-se-á exclusivamente por concurso público de provas e títulos.

Art. 154º. A Prefeitura Municipal realizará anualmente o recenseamento.

§ 1º - Com base nos dados do censo escolar serão efetuados o planejamento escolar e a chamada anual dos educandos para o ensino fundamental.

§ 2º - Caberá á municipalização elaborar, periodicamente o mapeamento do Município para a distribuição adequada dos equipamentos escolares, ouvindo o Conselho Municipal de Educação.

Art. 155º - O Município aplicará, anualmente, nunca menos de 25% (vinte e cinco por cento) de sua receita resultante de Impostos, compreendidos os provenientes de transferência, na manutenção e desenvolvimento do ensino, observando o que preceituam os artigos 212 e 213 da Constituição Federal.

§ 1º - A distribuição de recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino público obrigatório, buscando a universalização do Ensino Fundamental.

§ 2º - O Município de acordo com o Art. 213 da Constituição Federal artigos 209 e seus parágrafos e 262 da Constituição Estadual, apoiará, em sua base territorial, o ensino comunitário com os recursos orçamentários, sessão de pessoal e bolsas de estudos.

Art. 156º - Os currículos escolares serão adequados às peculiaridades do Município e valorização de sua cultura e seu patrimônio histórico, artístico, cultural e ambiente.

Art. 157º - O Município fará funcionar escola especial que realize programa de preservação do meio ambiente e prepare recursos humanos e materiais com esse objetivo.

Art. 158º - O Município manterá programa permanente de treinamento e capacitação de recursos humanos para a educação.

Art.159º - A Lei estabelecerá o Plano Municipal de Educação, de duração plurianual, visando o desenvolvimento do ensino fundamental, elaborando com audiência o Conselho Municipal de Educação e compatibilizado com os Plano acional e Estadual de Educação.

Art. 160º - O Conselho Municipal de Educação é o órgão normativo e deliberativo superior em material educacional, no âmbito do Sistema Municipal de Ensino, devendo ser composto, paritariamente por representantes do Poder Público das Associações dos Pais Alunos e Profissionais de Educação.

Parágrafo Único - A composição, a estrutura e o funcionamento do Conselho serão fixada em lei.

Art. 161º - O Poder Executivo, obedecendo às disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, desta Lei o das Constituições Estadual e Federal, fixará as diretrizes e bases da educação municipal, em lei complementar que regulamentará:

- I - o Sistema Municipal de Educação;
- II - a administração do Sistema de Ensino Municipal;
- III - as bases da política de valorização dos profissionais de educação;
- IV - a criação e o funcionamento do Conselho de Educação no âmbito municipal;
- V - as diretrizes do Plano Municipal.

SEÇÃO II DA CULTURA

Art. 162º - O Município garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes das culturas nacional e regional e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Art. 163º - Os programas culturais do Município serão sempre desenvolvidos de forma articulada com a ação educativa.

Art. 164º - O Município destinará recursos para a criação e manutenção de uma Biblioteca Pública Municipal com seção especificamente destinada ao docente e discente.

Art. 165º - Obrigatoriedade ao culto dos Símbolos Municipal, Estadual e Nacional pelo menos uma vez por mês, nas escolas.

Art. 166º - Caberá ao Município utilizar-se do Sistema de Comunicação e do seu Sistema Municipal de Educação como meio de preservação dinamização, divulgação da cultura.

Art. 167º - Constituem patrimônio cultural os bens de natureza material e imaterial, portadores de referência á identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos fumadores da sociedade, nos quais se incluem.

- I - as formas de expressão;

II - as criações artísticas, científicas e tecnológicas;

III – as obras, objetos, documentos, edifícios e demais espaços destinados às manifestações artísticas-culturais.

§ 1 - O Poder Público, com a colaboração da comunidade promoverá e protegerá o patrimônio cultural por meio de registros, Inventários, vigência, tombamentos e desapropriação e outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2 - A Lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bem e valores culturais.

SEÇÃO III DO DESPORTO E LAZER SOCIAL

Art. 168º - O Poder Público Municipal desenvolverá programas de incentivo e apoio às práticas desportivas formas e não formais, como direito de todos.

Art. 169º - O Município proporcionará meios de recreação sadia e construtiva a comunidade mediante:

I - reservas de espaços verdes ou livres em forma de parques, bosques jardins e assemelhados como base física de recreação;

II. construção e equipamentos de parques infantis, centros de juventudes e edifício de convivência comunal

III. criação de centros esportivos populares, e conjuntos habitacionais;

IV. patrocínio de campeonato e competições das várias modalidades esportivas, junto às comunidades.

Art. 170º - O Orçamento Municipal destinará recursos para o incentivo ao esporte.

Parágrafo Único - O Poder Público Municipal incentivará os clubes e equipes amadora.

Art. 171º - Os clubes esportivos e associações amadoras, bem como sindicatos e associações de moradores serão isentos do pagamento de taxas e impostos na prática de atividades esportivas.

Parágrafo Único - Igualmente serão isentos festivais e campeonatos esportivos realizado para a arrecadação financeira para as entidades.

Art. 172º - Os projetos e conseqüente execução de obras de unidades escolares, loteamentos, conjuntos ou núcleos habitacionais, incluirão a construção esportiva para a prática de educação física, do desporto o do lazer e criação de quadras polivalentes.

Parágrafo Único - O Poder Executivo Municipal incentivará programa de lazer para os cidadãos como forma de promove-los socialmente.

Art. 173º - Para atingir os objetivos estabelecidos nesta seção, o Município poderá se

articular com o Estado e a União.



ESTADO DA PARAÍBA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA INÊS

PROJETO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 01/98

MODIFICA REDAÇÃO DO § 4º DO ART. 21 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.

OS VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA INÊS – PB, com assento nesta Casa Legislativa, compondo mais de 1/3 dos membros, nos termos do Art.º 27, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, resolvem:

Propor a seguinte Emenda a Lei Orgânica do Município.

Art. 1º - Fica modificado o § do Art. 21 da Lei Orgânica do Município, que passará a ter a seguinte redação:

§ 4º - A Câmara Municipal de Santa Inês reunir-se-á em sessões preparatória, a partir de 1º de janeiro, no 1º ano de legislatura, para posse dos seus membros e a eleição da mesa, para o mandato de 02 (dois) anos, permitida a recondução para o mesmo cargo na eleição subsequente.

Art. 2º - Os demais parágrafos e incisos do Art. 21º, continuaram com a mesma redação original.

Art. 3º - Esta Emenda a Lei Orgânica entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Santa Inês – PB, 05 de Novembro de 1998

Manoel Rodrigues Pereira
Vereador

Vanduir Celvo Ramalho
Vereador

Raniere Nogueira de Sousa
Vereador

Severino Amâncio Rodrigues
Vereador

Francisco Alves Marinho
Vereador

José Roberto de Sousa
Vereador

A CÂMARA MUNICIPAL DE
SANTA INÊS PRESTA UMA
HOMENAGEM PÓSTUMA AO EX.
VEREADOR: JOSÉ PEREIRA DA
SILVA, "DE SAUDOSA MEMÓRIA".

ASSEMBLÉIA MUNICIPAL CONSTITUINTE

MESA DIRETORA

PRESIDENTE: José Vieira Rodrigues
1º VICE – PRESIDENTE: Manoel Rodrigues Pereira
2º VICE – PRESIDENTE: Francisco Alves Marinho
1º SECRETÁRIO: Valmir Barbosa Xavier
2º SECRETÁRIO: Antonio Vieira Sobrinho

VEREADORES CONSTITUINTES

Severino Amâncio Rodrigues
José Roberto de Sousa
Raniere Nogueira de Sousa

SUPLENTE

Vanduir Celvo Ramalho

Instalada em 24 de janeiro de 1997
Promulgada em 21 de março de 1997

Governo Federal do Brasil: Fernando Henrique Cardoso
Governo Estadual da Paraíba: José Targino Maranhão
Governo do Município de Santa Inês: João Nildo Leite

ASSEMBLÉIA MUNICIPAL CONSTITUINTE

José Vieira Rodrigues

Manoel Rodrigues Pereira

Francisco Alves Marinho

Valmir Barbosa Xavier

Antonio Vieira Sobrinho

Severino Amâncio Rodrigues

José Roberto de Sousa

Raniere Nogueira de Sousa

Vanduir Celvo Ramalho